CONGRESSO

Ajuste fiscal negociado voto a voto na Câmara

Lula enfrenta hoje primeiro teste de força após a eleição, em meio à saída de parlamentares experientes, inclusive aliados históricos. Movimentação enfraquece os canais tradicionais de negociação ao mesmo tempo em que amplia o peso das lideranças da oposição

» LUIZ CARLOS AZEDO

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Governo terá de negociar com uma Câmara em fim de mandato, na qual 111 deputados que tentaram a reeleição foram derrotados nas urnas

A votação do ajuste fiscal na Câmara dos Deputados, prevista para começar hoje, será o primeiro grande teste da capacidade de articulação política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) depois da reeleição. Embora a tendência seja de aprovação, o governo terá pela frente um obstáculo adicional: negociar com uma Câmara em fim de mandato, na qual 111 deputados que tentaram a reeleição foram derrotados nas urnas. Muitos desses parlamentares terão menos motivos para obedecer às lideranças partidárias e mais disposição para negociar individualmente seus votos.

O Projeto de Lei Complementar 299/2026, aprovado pelo Senado por 69 votos a 2, precisa de pelo menos 257 votos na Câmara. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu antecipar a discussão para esta segunda-feira, enquanto o relator, Mauro Benevides Filho (União-CE), manteve integralmente o texto dos senadores. A pressa tem explicação: qualquer alteração obrigaria o retorno da proposta ao Senado, colocando em risco o calendário de elaboração do Orçamento de 2027.

Articulado pelo ministro do Planejamento, Bruno Moretti, o pacote pode ter um impacto fiscal de R$ 50 bilhões em 2027, segundo estimativa do senador Eduardo Braga (MDB-AM), seu relator no Senado. Entre suas medidas estão a redução de incentivos tributários, mecanismos de contenção de despesas e a limitação do crescimento real dos gastos a 2% em determinadas circunstâncias. O governo busca um superavit primário de R$ 18,7 bilhões, preservando os programas sociais que Lula prometeu na campanha eleitoral.

A dificuldade é que a correlação de forças que sustentou o governo entre 2023 e 2026 já não corresponde àquela que emergiu das urnas. A nova Câmara será mais desfavorável ao Planalto, sobretudo nas questões econômicas. A saída de parlamentares experientes, inclusive aliados históricos, enfraquece os canais tradicionais de negociação. Ao mesmo tempo, amplia o peso das lideranças vinculadas à oposição, que chegarão à próxima legislatura com maior disposição para confrontar o Executivo.

Entre os derrotados nas urnas estão nomes tradicionais, como Aécio Neves, Roseana Sarney (MDB-MA) e Átila Lins (PSD-AM). Na esquerda, a não reeleição de Rui Falcão, Vicentinho e outros deputados petistas também modifica o ambiente político. Para os parlamentares que deixarão o Congresso em fevereiro, a disciplina partidária poderá pesar menos do que os interesses regionais, as relações com setores econômicos e as perspectivas pessoais de sobrevivência política.

Fogo amigo

Há, além disso, um problema dentro da própria base governista. Parte do fogo contra o ajuste fiscal vem do PT, cujos setores mais à esquerda consideram a proposta uma concessão excessiva ao mercado financeiro e pressionam por mudanças na condução da política econômica. Lula precisa demonstrar responsabilidade fiscal, mas não pode abandonar as promessas que garantiram sua reeleição. Deputados defendem a manutenção dos programas sociais, mas resistem tanto à contenção de despesas quanto à redução de benefícios tributários concedidos a setores empresariais influentes.

A oposição pretende explorar essas divergências para desgastar o governo, mesma o que não tenha condições de derrotá-lo. O PL poderá dificultar a votação, mesmo quando algumas medidas de austeridade coincidirem com seu discurso econômico. A construção de narrativas é importante. A disputa também será sobre quem assumirá os custos políticos do ajuste.

Ainda assim, a tendência é de aprovação. Governo, lideranças do Centrão e setores preocupados com a estabilidade das contas públicas compartilham o interesse em evitar uma crise fiscal logo no início do novo mandato. O problema é o preço político dessa convergência. Lula terá que negociar voto a voto, inclusive com deputados do próprio PT, sem permitir que as concessões comprometam a economia prevista no pacote.

» Pacote para conter despesas

Entre os principais pontos do pacote fiscal estão a limitação do crescimento das despesas públicas a 2% nos anos em que houver necessidade de contingenciamento e a redução linear de 10% em benefícios tributários concedidos a setores econômicos. O governo também pretende restringir a utilização de créditos tributários cruzados, mecanismo que permite às empresas utilizar créditos de uma natureza para compensar débitos de outros tributos federais. A mudança busca ampliar a entrada de recursos nos cofres da União.

Orçamento de 2027 no radar

Além da votação do pacote fiscal, a distribuição dos recursos públicos deve movimentar as negociações no Congresso. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem uma semana importante para avançar na análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027. O calendário prevê a votação do relatório da receita, na quarta-feira, e do relatório preliminar, na quinta-feira.

Os dois documentos são etapas fundamentais para a construção do Orçamento. O primeiro estabelece as projeções de arrecadação do governo federal, enquanto o segundo define parâmetros para a distribuição das despesas, incluindo os limites e as condições para o atendimento das emendas parlamentares.

Na semana passada, 16 comissões do Senado e do Congresso aprovaram 96 propostas de emendas ao Orçamento, que somam R$ 85,9 bilhões em solicitações de recursos. Os pedidos contemplam áreas, como saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e meio ambiente. Os valores, entretanto, ainda precisam passar pela avaliação da CMO e não representam despesas definitivamente autorizadas.

Entre as solicitações estão R$ 14,5 bilhões em propostas da Comissão de Assuntos Sociais, voltadas principalmente à saúde e à assistência social, e R$ 6,9 bilhões da Comissão de Educação, que incluem investimentos na educação básica, nas universidades e no programa Pé-de-Meia. A Comissão de Meio Ambiente apresentou pedidos que totalizam R$ 2 bilhões, com iniciativas relacionadas ao combate ao desmatamento.

A previsão da comissão é votar o relatório geral do Orçamento em 16 de dezembro. No dia seguinte, o texto deverá ser submetido à apreciação do plenário do Congresso. Até lá, parlamentares e representantes do Executivo terão de conciliar as prioridades de cada área com as limitações fiscais estabelecidas para o próximo exercício. (**AB**)

Nikolas é pedra no caminho de Motta

» ALÍCIA BERNARDES

Reprodução



O deputado ameaça deixar o PL em caso de apoio ao presidente da Casa

A disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, marcada para fevereiro de 2027, tornou-se um teste de força dentro do PL. Maior bancada da próxima legislatura, com 121 deputados eleitos, a legenda ainda não conseguiu chegar a um consenso sobre qual caminho seguir: apoiar a reeleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) ou lançar um candidato próprio para enfrentar o atual presidente da Casa. A indefinição expõe divergências entre a cúpula partidária e parlamentares mais alinhados ao bolsonarismo.

O grupo próximo ao presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, defende uma composição com Motta. A avaliação é de que a aliança pode garantir ao partido espaços importantes na estrutura da Câmara, ampliando sua influência sobre a agenda legislativa a partir de 2027. Nas conversas, estão em jogo postos na Mesa Diretora, presidências de comissões estratégicas e relatorias de projetos relevantes, incluindo a do Orçamento. As presidências da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Saúde também aparecem entre os interesses da legenda.

A possibilidade de apoiar Motta, no entanto, enfrenta resistência de uma ala que considera contraditória a aproximação com um parlamentar que conta com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que recebeu cerca de 3,1 milhões de votos nas eleições, ameaçou deixar o partido caso a direção formalize o acordo. Em entrevista à rádio 98 News, afirmou que a decisão tornaria "insustentável" sua permanência na sigla. O parlamentar se colocou à disposição para disputar a presidência da Câmara.

A reação não ficou restrita a Nikolas. O líder do PL na Casa, Sóstenes Cavalcante (RJ), também resiste à composição e declarou que pode deixar a liderança, caso o partido decida apoiar a recondução de Motta. O deputado Lucas Pavanato (PL-SP), por sua vez, declarou publicamente que não pretende votar no atual presidente. O grupo avalia que uma aliança com o Republicanos poderia comprometer o discurso de oposição adotado durante a campanha eleitoral e provocar desgaste junto à base bolsonarista.

Nos bastidores, Valdemar tenta impedir que a divergência termine em uma ruptura. Em duas reuniões realizadas com integrantes da bancada, o dirigente buscou convencer os deputados de que o caminho da negociação pode ser mais vantajoso do que uma candidatura isolada. Na conversa mais recente, na quarta-feira, recorreu à experiência da eleição do Senado em 2023, quando a falta de acordo com Rodrigo Pacheco (PSD-MG) teria contribuído para o isolamento do PL na Casa. O argumento é usado para alertar sobre o risco de repetir o cenário na Câmara.

A negociação com Motta também envolve interesses de integrantes da direção partidária. Entre os defensores da aproximação estão Altineu Côrtes (PL-RJ), vice-presidente da Câmara, e Luiz Carlos Motta (PL-SP). Além de cargos na estrutura legislativa, a possibilidade de indicação de Altineu para uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU) aparece entre as alternativas discutidas nas articulações. Atualmente, o PL preside seis comissões permanentes, entre elas as de Saúde, Segurança Pública e Relações Exteriores.

A movimentação também ocorre do outro lado do espectro político. Deputados recém-eleitos do PT devem se reunir nesta semana para organizar a atuação da bancada na próxima legislatura, discutir o posicionamento na eleição da presidência da Câmara e avaliar os nomes que poderão receber apoio para integrar a Mesa Diretora. A articulação petista se soma à decisão da legenda de apoiar a reeleição de Motta e indica que a composição dos espaços de comando já começou a mobilizar os partidos antes mesmo da abertura dos trabalhos de 2027.

Motta, por sua vez, trabalha para ampliar sua base e reduzir as chances de uma candidatura competitiva. O presidente da Câmara já conta com o apoio de partidos e federações que somam 361 deputados, entre eles Republicanos, PSD, MDB, Podemos, União Brasil, PP e PT. O número supera os 257 votos necessários para vencer em primeiro turno. Como a votação é secreta, porém, o apoio formal das legendas não garante que todos os parlamentares seguirão a orientação das direções partidárias.

Além de Nikolas, o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) já se colocou como alternativa para a disputa. A possibilidade de Sóstenes também entrar na corrida é considerada por interlocutores da legenda.

A eleição de fevereiro será, portanto, mais do que uma disputa pelo comando da Câmara. Para o PL, a definição indicará se a legenda priorizará a ocupação de espaços institucionais por meio de uma aliança com Motta ou se apostará em uma candidatura própria para preservar a identidade de oposição. Até lá, a direção partidária terá de administrar a pressão dos dois grupos e evitar que a escolha do próximo presidente da Casa aprofunde o racha interno.